

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo tem por objetivo nortear os processos de planejamento licitatórios, sendo composto por duas etapas individuais a princípio, porém complementares ao final, visando garantir a eficiência e publicidade na utilização de recursos públicos.

Etapa 1: Credenciamento de interessados em iniciar ou expandir suas atividades de acordo com a Lei Municipal nº 2562/2021.

Etapa 2: Leilão de lotes para que os credenciados na etapa 1 possam oferecer lances.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

Devido a necessidade do município de Dois Vizinhos promover o desenvolvimento econômico e social, serão disponibilizados 7 (sete) lotes urbanos para empresas interessadas em se instalar ou expandir suas atividades no território municipal.

A princípio a título de processo piloto serão disponibilizados esses lotes urbanos de propriedade do município para que os interessados e devidamente credenciados no processo de chamamento possam oferecer lances no processo de leilão.

Essa iniciativa visa enfrentar os desafios decorrentes da estagnação ou do crescimento insuficiente e também na geração de empregos e renda local, bem como combater a subutilização de áreas públicas com alto potencial para uso empresarial estratégico.

Adicionalmente, observa-se a carência de infraestrutura adequada e de incentivos eficazes voltados à atração e à permanência de empreendimentos locais. Essa conjuntura tem gerado impactos negativos sobre a economia do município, restringindo oportunidades de trabalho, de empreendedorismo e de arrecadação, o que, por sua vez, agrava problemas sociais como o desemprego, o aumento da demanda por políticas assistenciais, o crescimento da violência e a prática de atos de vandalismo.

A ausência de postos de trabalho compromete também o pleno desenvolvimento da educação, uma vez que trabalho e educação são intimamente interligados.

Diante desse cenário, o município busca fomentar o crescimento sustentável por meio da concessão de incentivos a empresas que demonstrem compromisso com a geração de emprego e renda. Tais incentivos integram a política de desenvolvimento local, orientada para a atração de investimentos, a diversificação da economia, o estímulo ao empreendedorismo e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, destaca-se a Lei Municipal nº 2562/2021, a qual, em seu art. 3º, estabelece diversos mecanismos de fomento ao setor produtivo. Em especial, o inciso I, alínea “a”, prevê a possibilidade de alienação de bens imóveis pertencentes ao Município a empresas que atendam aos critérios definidos na legislação e que contribuam efetivamente para a geração de emprego, renda e inovação, mediante incentivo de 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre o valor do imóvel. Empresas dos setores industrial, comercial e de prestação de serviços poderão participar, desde que preencham os requisitos legais, com ênfase no potencial de impacto econômico positivo e na capacidade de geração de postos de trabalho.

Ressalte-se que os imóveis em questão se encontram atualmente ociosos ou subutilizados, não exercendo função social imediata. Sua destinação para fins produtivos representa, portanto, uma medida eficaz de valorização do patrimônio



público, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

A adoção de políticas públicas voltadas à estruturação e ao fortalecimento do setor empresarial, sobretudo das micro e pequenas empresas, é essencial para garantir sua permanência e competitividade no mercado, além de fomentar sua formalização e crescimento sustentável. O apoio institucional à atividade empreendedora contribui para a elevação da renda da população, a diversificação da economia local e o incremento da arrecadação municipal.

Diante do exposto, com fundamento na Lei Municipal nº 2562/2021, especialmente no art. 3º, inciso I, alínea “a”, justifica-se a realização do presente processo de cadastramento de empresas interessadas, com o objetivo de habilitar aquelas que cumprirem os requisitos legais, assim aptas a participar da etapa subsequente, qual seja, o leilão dos lotes urbanos objeto da política de incentivo.

Fase II Leilão

A iniciativa fundamenta-se na necessidade de o município impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, dando subsídio para as microempresas e empresas de pequeno porte, para que possam crescer e consolidar sua atuação no mercado.

Ao contribuir para o fortalecimento das micro e pequenas empresas, o município promove o aumento dos postos de trabalho, elevação da renda da população, diversificação da economia local e o incremento da receita pública.

A adoção de políticas públicas voltadas ao apoio e à estruturação das empresas é essencial para garantir sua permanência no mercado, possibilitar o aumento de sua competitividade e estimular a formalização e o crescimento sustentável.

Como o objetivo, de incentivar o desenvolvimento socioeconômico do município, a Lei Municipal 2562/2021, em seu art. 3º estabelece diversas medidas. Dentre essas medidas, destaca-se o previsto no inciso I, alínea “a”, que dispõe sobre a possibilidade de alienação de bens imóveis de propriedade do Município a empresas que atendam aos requisitos da lei e contribuam efetivamente com a geração de emprego, renda e inovação.

A lei ainda dispõe que para usufruírem dos benefícios nela previstos, as empresas interessadas deverão ser previamente selecionadas e comprovar que atendem aos critérios estabelecidos em seu Art. 11.

Com fundamento neste dispositivo legal, justifica-se a realização do Leilão Presencial, como instrumento adequado para assegurar um processo competitivo, transparente e alinhado aos objetivos do programa, sem comprometer a efetividade da política pública estabelecida, permitindo exclusivamente a participação de empresas previamente qualificadas e selecionadas conforme critérios legais e técnicos, de forma a evitar falhas ou frustração no processo.

A fase de lances permitirá a seleção da proposta mais vantajosa a administração pública, ao mesmo tempo em que assegura a destinação dos imóveis para fins produtivos, em conformidade com a política de fomento ao desenvolvimento econômico local em consonância com a legislação ambiental e uso e ocupação de solo.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)



Para atender a necessidade foram realizados estudos e pesquisas, com base na Lei Municipal nº 2562/2021 e em boas práticas adotadas por municípios da região.

A legislação municipal prevê como formas de incentivo:

- alienação de imóveis, mediante procedimento licitatório;
- com cessão de direito real de uso de imóveis;
- concessão de uso de barracões em núcleo industrial ou em outras áreas do Município, mediante procedimento licitatório;
- concessão de auxílio hora máquina através de lei específica;
- Incentivos fiscais por até 3 anos, incluindo isenção de taxas e tributos como IPTU, ISSQN, licenças para (obras, funcionamento e sanitária).

A análise de mercado indicou que as alternativas convencionais, como a simples locação de imóveis públicos ou a concessão de uso oneroso de terrenos sem investimento na infraestrutura, mostraram-se insuficientes em experiências anteriores para atrair empreendimentos com efetivo poder de transformação econômica.

Essas medidas, ainda que de baixo risco, não geraram a fixação de empresas no território municipal nem trouxeram impactos significativos em termos de geração de empregos e arrecadação. Por outro lado, a alienação com incentivos, condicionada ao cumprimento de critérios técnicos e à comprovação de impacto econômico direto, mostrou-se uma solução com maior atratividade junto ao setor produtivo, proporcionando segurança jurídica às empresas, previsibilidade de investimento e compromisso formal com contrapartidas ao interesse público.

O município de Dois Vizinhos já adotou a prática de alienação de imóveis na modalidade de concorrência nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Em visitas as algumas das empresas beneficiadas, verificou-se que as empresas realizaram significativos investimentos, cumprindo os prazos legais, e em alguns casos antecipando-se a eles.

Um exemplo de destaque é a empresa Wemic Comércio e Indústria de Pneus, que levou menos de um ano para se instalar nos imóveis adquiridos, inicialmente contava com 33 (trinta e três) funcionários, e após a mudança e instalação no novo endereço já gerou, até o momento, 17 (dezessete) empregos diretos, mais do havia previsto em seu Plano de Trabalho e Planilha Técnica Quantitativa.

Também as experiências de outros municípios do Paraná e de diferentes regiões do país que adotaram modelos semelhantes — como Maringá, Pato Branco e Toledo — reforça a viabilidade e a efetividade dessa solução.

Nesses locais, a política de incentivos por meio da alienação de lotes com contrapartidas obrigatórias foi decisiva para a instalação de novas plantas industriais, a ampliação de serviços e a retomada de dinamismo em polos comerciais. A alternativa adotada por Dois Vizinhos inspira-se nessas práticas exitosas, mas está ancorada em regulamentação própria, construída de forma compatível com a legislação federal, com os princípios da eficiência administrativa, da legalidade e do desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista técnico, a alienação parcial dos imóveis, condicionada a processo seletivo e à posterior licitação na modalidade leilão, permite à administração estabelecer critérios objetivos de avaliação e controle, garantindo que os lotes sejam destinados às empresas que demonstrem maior potencial de impacto positivo sobre o município. A criação de um cadastro de interessados é etapa preliminar imprescindível para assegurar isonomia, transparência e planejamento racional da política pública. Tal medida possibilita ainda que a gestão municipal analise previamente a viabilidade técnica, econômica e jurídica de cada proposta apresentada, prevenindo riscos e



assegurando o uso eficiente do patrimônio público. Com base no número de interessados no credenciamento, aptos a utilização de lotes/terrenos públicos, o município realizará um levantamento geral, com o objetivo de definir e regulamentar metas que atendam a demanda existente, visando contemplar o maior número possível de beneficiários.

Além do mais, a forma legalmente adequada e operacionalmente eficaz de atender aos objetivos do programa, é por meio do processo de Credenciamento das empresas interessadas, garantindo assim, ampla publicidade, maior transparência e isonomia, impessoalidade e maior competitividade para o processo acessório que será o de Leilão, apesar da Lei Municipal nº 2562/2021 dispor expressamente em seu art. 4º a alienação de bens imóveis seguirá o rito disposto na Legislação Federal vigente sobre Licitações, indicando a modalidade de Concorrência Pública como forma prevista na época de sua publicação, porém, a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 traz em seu art. 6º, XL, a alienação de imóveis será via processo licitatório na modalidade de Leilão.

Sob a perspectiva econômica, a solução adotada representa também uma forma de valorização dos ativos municipais que se encontram, no momento, ociosos ou subutilizados. A conversão desses bens em núcleos produtivos, mediante a entrada de recursos financeiros e a geração de atividade econômica, eleva significativamente a rentabilidade social do patrimônio público, sem que o município precise arcar com despesas de manutenção ou corra o risco de degradação das áreas inativas. Além disso, o modelo adotado prevê incentivos condicionados e reversibilidade em caso de descumprimento dos compromissos pactuados, o que reforça a segurança institucional da política pública.

A escolha por esta solução está alinhada às diretrizes do planejamento estratégico local e à política de incentivo ao desenvolvimento territorial. Trata-se de uma decisão técnica respaldada em análise de viabilidade, pesquisas de mercado, diagnóstico territorial e em experiências positivas observadas em outras administrações públicas.

A alienação incentivada, como modelo jurídico de solução, mostrou-se superior tanto em efetividade quanto em retorno público frente a alternativas como cessões, comodatos, parcerias com prazo incerto ou editais de concessão de uso, que, na prática, não conseguiram atingir os resultados esperados nem atrair investidores de forma sólida e duradoura.

Fase II

Para a próxima fase de Leilão, apesar da Lei Municipal nº 2562/2021 dispor em seu art. 4º a alienação de bens imóveis seguirá o rito disposto na Legislação Federal vigente sobre Licitações, indicando a modalidade de Concorrência Pública como forma prevista na época de sua publicação, a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 traz em seu art. 6º, XL, a alienação de imóveis será via processo licitatório na modalidade de Leilão.

Portanto, nos termos da Lei Municipal nº 2562/2021 as alienações no âmbito do Programa de Fomento poderão ser efetuadas a título de incentivo, sendo concedido desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da avaliação do imóvel às empresas que atenderem aos critérios e objetivos do programa.

Será realizado via Leilão Presencial, como forma de suprir essa necessidade, já que serão selecionadas as empresas interessadas no incentivo que preencherem os requisitos, observando o desconto legal autorizado como incentivo ao investimento e à geração de empregos no Município, respeitando a legislação federal e municipal vigentes.



Todas as pessoas jurídicas dos setores de indústria, comércio e prestação de serviços poderão participar do processo, por meio de atendimento aos requisitos e de elaboração de proposta, dessa forma alcança todas as atividades entre as hipóteses abrangidas pelo SIMPLES nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar 123/2006.

Será analisado o ramo de atividade das interessadas, sendo autorizado o credenciamento apenas para o item/lote cuja compatibilidade for aprovada pelo Conselho de Fomento à Produção.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

O objeto da contratação será disputado por item, com o objetivo de promover a ampliação da competitividade, a isonomia entre os participantes e a adequação técnica da contratação.

Essa decisão também está em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, que prevê tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), inclusive nas contratações públicas.

Cada CNPJ poderá ser declarado vencedor em apenas um lote/item. Caso apresente propostas para múltiplos lotes/itens, será automaticamente desclassificado das demais propostas, exceto daquela em que for considerado vencedor.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

O município disponibilizou 7 (sete) lotes urbanos dispersos em diversos loteamentos para alienação, sendo:

- I. Lote de terras urbano nº 05 (cinco), da Quadra nº 05 (cinco), do Loteamento Santa Luzia II, do Município e Comarca de Dois Vizinhos/PR, com área total de 1.378,20 m² (um mil, trezentos e setenta e oito metros quadrados e vinte décimos quadrados), matrícula nº 46.525.
- II. Lote de terras urbano nº 6-D (seis-D), da quadra nº 1-B (um-B), do Loteamento Vila Rural Verdes Campos "B", do Município e Comarca de Dois Vizinhos/PR, com área de 1.846,00m² (um mil, oitocentos e quarenta e seis metros quadrados), matrícula nº 49.484.
- III. Lote de terras urbano nº 3 (três) da quadra nº 6 (seis), do Loteamento Santa Luzia II, do Município e Comarca de Dois Vizinhos/PR, com área de 216,80m² (duzentos e dezesseis metros quadrados e oitenta décimos quadrados), matrícula nº 54.876.
- IV. Lote de terras urbano denominado Chácara nº 128-D-1 (cento e vinte e oito-D-um), do Município e Comarca de Dois Vizinhos/PR, com área de 1.799,8090m² (mil, setecentos e noventa e nove metros quadrados, oitenta décimos quadrados e noventa centímetros quadrados), matrícula nº 56.112.
- V. Lote de terras urbano nº 5-A (cinco-A) quadra nº 20 (vinte), do Loteamento do Parque Industrial, do Município e comarca de Dois Vizinhos/PR, com área de 840,00m² (oitocentos e quarenta metros quadrados) matrícula nº 57.000.



- VI. Lote de terras urbano 8-B (oito B) da quadra nº 3-A (três A), do Loteamento Vila Rural Verdes Campos "A", do Município e Comarca de Dois Vizinhos/PR, com área de 2.256,00 (dois mil, duzentos e cinquenta e seis metros quadrados), matrícula nº 57.306.
- VII. Alienação do Lote de terras urbano 6-E (seis E) da quadra nº 1-B (um B), do Loteamento Vila Rural Verdes Campos "B", do Município e Comarca de Dois Vizinhos/PR, com área de 992,40 (novecentos e noventa e dois metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), matrícula nº 51.967.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Após avaliações o valor total dos 7 (sete) lotes foi de R\$ 1.709.375,65 (um milhão, setecentos e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), as avaliações estão anexo ao processo. Após concedido desconto de 50% (cinquenta por cento), o valor para alienação total será de R\$ 854.687,83 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

a-) Fase de Planejamento

| RISCO 1 | | | |
|---|-----------|-----------------------|----------|
| Descrever aqui o risco: Ausência de empresas interessadas | | | |
| Probabilidade: | (X) Baixa | () Média | () Alta |
| Impacto: | () Baixa | () Média | (X) Alta |
| Dano | | | |
| Fracasso do processo licitatório | | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Divulgar o credenciamento | | Secretaria Demandante | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |
| Prorrogação de prazo de credenciamento/chamamento | | Secretaria Demandante | |

| RISCO 2 | | | |
|---|-----------|-----------------------|----------|
| Descrever aqui o risco: Empresas não atenderem aos requisitos solicitados | | | |
| Probabilidade: | () Baixa | () Média | (X) Alta |
| Impacto: | () Baixa | () Média | (X) Alta |
| Dano | | | |
| Falta de credenciadas | | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Disponibilizar atendimento as empresas interessadas a participar do processo, após publicação do edital | | Secretaria Demandante | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |



| | |
|---|-----------------------|
| Consultar cadastros e protocolos já abertos na Secretaria e divulgar que o edital está aberto | Secretaria Demandante |
|---|-----------------------|

| RISCO 3 | |
|--|------------------------------|
| Descrever aqui o risco: Inadequação das exigências junto ao procedimento auxiliar. | |
| Probabilidade: | (X) Baixa () Média () Alta |
| Impacto: | () Baixa () Média (X) Alta |
| Dano | |
| Não atender a política pública estabelecida pela Lei Municipal 2562/2021 e a Lei Federal 14.133/2021 | |
| Ação Preventiva | Responsável |
| Solicitar auxílio da Procuradoria Jurídica e do Controle Interno do município | Secretaria Demandante |
| Ação de Contingência | Responsável |
| Reanálise e adequação dos documentos de planejamento | Secretaria Demandante |

| RISCO 5 | |
|--|------------------------------|
| Descrever aqui o risco: Avaliação dos imóveis desatualizadas | |
| Probabilidade: | (X) Baixa () Média () Alta |
| Impacto: | () Baixa () Média (X) Alta |
| Dano | |
| Atrasos no Processo (leilão) | |
| Ação Preventiva | Responsável |
| Verificar todas as avaliações emitidas e parecer da comissão | Secretaria Demandante |
| Ação de Contingência | Responsável |
| Solicitar novas avaliações antes de publicar edital | Secretaria Demandante |

b-) Gestão do Contrato

| RISCO 1 | |
|---|---|
| Descrever aqui o risco: Empresas não participam da segunda fase | |
| Probabilidade: | (X) Baixa () Média () Alta |
| Impacto: | () Baixa () Média (X) Alta |
| Dano | |
| Frustração do processo, retrabalho, custos desnecessários | |
| Ação Preventiva | Responsável |
| Ampla divulgação dos editais, bem como dos incentivos. | Secretaria Demandante Resp. pela Imprensa (marketing) do município |
| Ação de Contingência | Responsável |
| Prorrogação de prazo do edital | Secretaria Demandante Procuradoria Jurídica Municipal |



| RISCO 2 | | | |
|--|-----------|---------------------|----------|
| Descrever aqui o risco: Empresa não cumpre as obrigações | | | |
| Probabilidade: | () Baixa | (X) Média | () Alta |
| Impacto: | () Baixa | () Média | (X) Alta |
| Dano | | | |
| Frustração da política pública de incentivo | | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Notificar a empresa, aplicar sanções | | Fiscais do Contrato | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |
| Reaver o imóvel para o município | | Fiscais do Contrato | |

| RISCO 3 | | | |
|--|-----------|---------------------|----------|
| Descrever aqui o risco: Uso indevido do imóvel | | | |
| Probabilidade: | () Baixa | (X) Média | () Alta |
| Impacto: | () Baixa | (X) Média | () Alta |
| Dano | | | |
| Reclamações da população, processos judiciais | | | |
| Ação Preventiva | | Responsável | |
| Executar cláusulas contratuais | | Fiscais do Contrato | |
| Ação de Contingência | | Responsável | |
| Exigir as Licenças Ambientais e Vigilância Sanitária atualizadas | | Fiscais do Contrato | |

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

Tendo em vista a análise dos riscos, as justificativas técnicas e os critérios legais apresentados, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento do Programa de Fomento à Produção no município instituído pela Lei Municipal nº 2562/2021, consiste na realização de processo de credenciamento de pessoas jurídicas, seguido, da alienação de imóveis públicos na modalidade de Leilão Presencial.

Essas medidas asseguram ampla publicidade, maior transparência e isonomia entre os interessados, garantindo a impessoalidade e a competitividade na venda dos bens públicos.

8. REQUISITOS DA PARTICIPAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Não poderão participar:

- empresas que tenham em seu quadro social funcionários públicos ou dirigentes da administração diretas ou indiretas, bem como seus cônjuges e companheiros.
- Pessoas jurídicas, incluindo seus proprietários, que já tiveram alguma irregularidade em programas de alienação, doação, cessão, concessão ou autorização de uso de imóveis públicos, ainda que tenha processo aberto em andamento.



Devido aos lotes estarem dispersos em diversos loteamentos, a habilitação das empresas interessadas nos imóveis disponibilizados estará condicionada à compatibilidade do ramo de atividade declarado com a destinação urbanística da área, conforme disposto na Lei Municipal nº 2570/2021 de Zoneamento, Uso e Ocupação de solo de Dois Vizinhos.

As dimensões dos imóveis são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes no Registro Geral (matrícula). As diferenças de medidas, áreas e confrontações que porventura venham a ser encontradas no imóvel não acarretarão nenhum ônus ou responsabilidade para o Município, não ensejando devolução de parte do preço, complementação da área descrita, cancelamento da arrematação ou rescisão do contrato.

Para as empresas cujas atividades são classificadas como mais poluidoras deverão apresentar Licenciamento ambiental prévio, Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Plano de gerenciamento de resíduos sólidos, (PGRS), Manutenção de área verde ou compensação ambiental ou Comprometimento com a recuperação de áreas degradadas.

As empresas interessadas deverão formular propostas para o item (Lote) de acordo com o ramo de atividade observando o disposto na Lei Municipal nº 2570/2021.

As empresas interessadas deverão apresentar os documentos de habilitação em até 30 (trinta) dias, após a publicação do edital.

Os documentos de habilitação passarão pela análise Conselho de Fomento a Produção de Dois Vizinhos, conforme art. 19 da Lei Municipal nº 2562/2021, que emitirá Parecer Técnico.

Os interessados deverão instalar um novo empreendimento ou ampliar o já existente e apresentar requerimento em formulário próprio dirigido à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico do Município de Dois Vizinhos, no qual especificará o incentivo pretendido e juntará os seguintes documentos:

- I. Requerimento em formulário próprio, disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico;
- II. Fichas cadastrais preenchidas, com descrição do empreendimento;
- III. Contrato social consolidado;
- IV. Cópia da matrícula do imóvel ou contrato de locação;
- V. Alvará de funcionamento;
- VI. Alvará de construção;
- VII. Cópia do cartão do CNPJ e inscrição estadual;
- VIII. Cópia do CPF, RG (nº oculto) comprovante de endereço dos sócios;
- IX. Certidão negativa de débito do imóvel e empresa junto as fazendas públicas federal, estadual e municipal;
- X. Apresentação de cronograma físico e financeiro de implantação do empreendimento;
- XI. Última folha de pagamento, comprovada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - (substituído pelo eSocial) ou outro documento que o substituir; e;
- XII. Cópia do documento equivalente a declaração de imposto de renda da pessoa jurídica ou balanço da empresa.

No caso de instalação de um novo empreendimento no município a documentação necessária do requerente dispensará os itens identificados como V, VI, XI e XII, desde que o requerente assumo formalmente o compromisso de juntar os referidos documentos imediatamente após a emissão dos mesmos.



A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, poderá solicitar aos interessados informações e/ou documentos complementares que julgar indispensáveis para a avaliação do empreendimento.

Num primeiro momento será divulgado a relação de empresas aptas devidamente credenciadas para cada item/lote, destas poderão oferecer proposta no processo de leilão presencial.

Será considerado vencedor do certame o licitante que oferecer maior oferta, conforme a Lei de Licitações vigente e Lei Orgânica Municipal.

Em caso de empate na maior oferta, será considerado o vencedor do certame, o licitante que oferecer forma de pagamento mais vantajosa ao município de Dois Vizinhos.

Em caso de

Após a fase de disputa, o licitante vencedor poderá efetuar o pagamento das seguintes formas:

I - À vista em parcela única com desconto de 5% (cinco por cento) do valor total;

II - Em até 48 (quarenta e oito) parcelas, com carência de até 6 (seis) meses para o início do pagamento, contados do início da operação da empresa no local concedido.

Para a hipótese de pagamento parcelado, o índice de correção a ser utilizado será a Unidade Fiscal do Município - UFM, a ser apurado anualmente.

No caso de atraso no pagamento das parcelas, sob pena de multa ela será acrescida de juros de 1% (um por cento) e multa moratória no valor correspondente a 1% (um por cento) do seu valor ao mês, sem prejuízo da sua atualização monetária.

A arrematante deverá dirigir-se ao Setor de Tributação do Município, portando os documentos necessários (contrato/carta de arrematação) para emissão das guias de arrecadação para o caso de pagamento à vista.

O imóvel será adquirido no estado em que se encontra, qualquer averbação e despesas com bem feitorias e/ou outros serão de responsabilidade do adquirente.

Após a fase 1 de habilitação de interessadas, e finalizado a fase 2 de lances no leilão

É obrigatório o compromisso expresso do adquirente:

I - Protocolar o projeto para aprovação da edificação num prazo de 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato ou termo;

II - Aprovação do projeto arquitetônico e projetos complementares em todos os órgãos competentes no prazo de 3 (três) meses, contados da assinatura do contrato;

III - Concluir a construção no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato ou termo;

IV - Entrar em operação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar do término do prazo do inciso III acima.

A transmissão de posse do imóvel alienado, tanto o valor pago à vista ou parcelado, dar-se-á com a assinatura do contrato de compra e venda, porém a escritura definitiva de compra e venda do imóvel firmada com o município somente será concedida após o término das obrigações e comprovado o funcionamento do empreendimento no período de 5 (cinco) anos.

Os imóveis alienados não poderão ser alienados, cedidos ou locados pela empresa arrematante durante o período das obrigações.

A pessoa jurídica arrematante é obrigada ao cumprimento das demais legislações pertinentes à atividade por ela desenvolvida, especialmente as de proteção ambiental,



obrigando-se ao tratamento dos resíduos industriais, do que seu descumprimento acarretará também em causa para a reversão do imóvel ao município.

As empresas de Indústria, Comércio e Prestação de Serviços deverão manter em seu quadro funcional um número mínimo de empregados de 80% (oitenta por cento) da mão de obra de pessoas residentes no município de Dois Vizinhos.

A contratação de mão de obra deverá ser preferencialmente intermediada pela Agência do Trabalhador de Dois Vizinhos.

Ainda as empresas se comprometem a:

a) responder por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciárias e tributários, bem como toda a responsabilidade referente as funções e desempenhos exercidos;

b) efetuar o pagamento de despesas decorrentes do uso do imóvel como a energia elétrica, água, telefone, segurança e outras decorrentes da regular manutenção e funcionamento da empresa, e quaisquer outras despesas;

c) exercer atos para preservação, conservação e manutenção de bens e instalações do imóvel, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência, excetuando-se o desgaste natural de uso e as ocorrências de caso fortuito ou força-maior;

d) responder civilmente e penalmente por todos os prejuízos, perdas e danos causados por si ou por seus propostos ou empregados ao imóvel;

e) apresentar semestralmente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico as certidões de regularidade previdenciária, trabalhista, incluindo FGTS, Tributos Municipais, bem como as guias GFIP (substituída pela DCTWeb no âmbito do eSocial) e CAGED (igualmente substituída pelo eSocial) e;

f) responder pelo pagamento de qualquer débito decorrente do uso do imóvel.

A Arrematante deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, sendo passível de aplicação das penalidades previstas em caso de descumprimento.

As áreas dos lotes são de fáceis localizações, e poderão ser visitadas a livre critério dos interessados, independentemente de qualquer processo formal. Sendo de inteira responsabilidade dos licitantes o conhecimento dos locais. No entanto caso algum interessado queira vistoriar o local acompanhado com algum servidor deverá solicitar por e-mail: sdectt@doisvizinhos.pr.gov.br para agendamento da visita que ocorrerá de segunda a sexta feiras das 8h às 12h e das 14h às 16h.

Em hipótese alguma o desconhecimento do estado em que se encontra o imóvel, seja em relação às medidas, características, funcionalidades, estado de conservação ou suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, bem como das condições registraes, poderá ser alegado como justificativa para a inexecução da arrematação/contrato ou qualquer obrigação referente a arrematação, não cabendo qualquer reclamação posterior.

A Arrematante deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

A arrematante prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados quanto a execução das obras no imóvel, se obrigando a executar as obras de acordo com os prazos e critérios estipulados no cronograma físico financeiro.



A arrematante é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas das obras a serem executadas.

Os empregos diretos que a empresa arrematante se obrigar a gerar não poderão ser ocupados por pessoas que possuam parentesco, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau, com os sócios ou administradores da empresa.

Reversão

Cessarão automaticamente os incentivos concedidos a arrematante quando:

- Paralisarem suas atividades por mais de 180 (cento e oitenta) dias sem comunicação e respectiva autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico.
- Deixarem de exercer a sua atividade fim, sublocarem, arrendarem, cederem em comodato ou de qualquer outra forma transferirem a terceiros o imóvel e/ou instalações;
- Atrasarem o pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas decorrentes da aquisição de terrenos, bem como de qualquer outro tributo que incide sobre o mesmo;
- For constatada por qualquer autoridade fiscal, quer do município de Dois Vizinhos ou de qualquer outro órgão governamental, a prática de atos com o intuito de fraudar a legislação fiscal ou outras situações similares visando ao não recolhimento integral ou o recolhimento a menor de tributos ou contribuições de outra natureza.
- Descumpra os prazos estabelecidos no cronograma Físico e Financeiro de Implantação do Empreendimento.
- Exerça atividade que não esteja prevista ou normatizada em lei, considerada ilegal, acarretando reversão automática do imóvel ao patrimônio do município.
- Qualquer meio que burle, viole, desrespeite ou até mesmo fraude as regras estabelecidas para o devido fim das vendas dos lotes.
- Agir de maneira desleal ou até mesmo de má-fé, indo em desacordo com o leilão.

A rescisão ensejará a reversão do imóvel dado em posse precária ao comprador ao patrimônio do município de Dois Vizinhos, ainda que tenha sido averbado o respectivo contrato de compra e venda na matrícula do imóvel objeto da alienação.

A reversão dos imóveis ao patrimônio do município dar-se-á sem qualquer direito à indenização ao comprador, inclusive quanto às benfeitorias que porventura foram incorporadas ao imóvel.

No caso de inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste instrumento, será realizada a respectiva inscrição em dívida ativa e as cobranças cabíveis, no valor total das penalidades, acrescido de correção monetária, juros legais e demais encargos, sem prejuízo da possibilidade de retrocessão do imóvel e da aplicação de quaisquer outras penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável.

Será acrescida uma multa de 15% (quinze por cento) por rescisão contratual no valor atualizado do imóvel alienado na licitação.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(X) NÃO

**9. JUSTIFICATIVAS**

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Demonstrar que os licitantes possuem planos de negócios sustentáveis e competência técnica e operacional necessária para adequada execução do projeto, evidenciando sua capacidade de gerar benefícios a sociedade e ao município. A apresentação desses requisitos tem por objetivo assegurar a qualidade dos resultados, bem como mitigar riscos durante a execução contratual, como atrasos, não conformidades e demais falhas que possam comprometer a cumprimento das obrigações assumidas e fracasso na política pública.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável, capaz de cumprir e suprir com as exigências do projeto, evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras que impossibilitem de cumprir com o contrato e as contrapartidas, ainda que pequenas e que serão capazes de se desenvolver e gerar mais empregos, garantindo o sucesso da política pública.

Julgamento das propostas técnicas:

Será dada preferência às empresas que apresentem plano de negócios com menor impacto ambiental. Visando promover práticas sustentáveis e responsáveis, alinhadas com os princípios do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente. Ao priorizar empresas que apresentem planos de negócios com menor impacto ambiental, busca-se incentivar a adoção de tecnologias limpas, o uso racional de recursos naturais e a redução da emissão de poluentes.

Essa medida também está em consonância com políticas públicas ambientais e com compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo país em matéria de sustentabilidade, contribuindo para a transição para uma economia de baixo carbono. Além disso, incentiva o setor produtivo a incorporar a variável ambiental como diferencial competitivo e como elemento estratégico em seus modelos de negócios.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que arrematante se comprometa a contribuir para a promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da CRFB/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Ainda as participantes devem:

- I. Efetuar as impressões em papéis recicláveis;



- II. Sempre que possível adquirir produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;
- III. Optar gradativamente por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;
- IV. Adotar procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;
- V. Observar às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e
- VI. Priorizar a conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO/Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa.
- VII. Os produtos produzidos pelas empresas beneficiadas devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- VIII. Dar preferência a produtos e materiais com maior vida útil e menor de custo de manutenção, e para tecnologias e matérias primas sustentáveis, promovendo assim menos resíduos ao meio ambiente.
- IX. Os barracões a serem construídos nos lotes devem ter maior eficiência na utilização de recursos energéticos;
- X. Das empresas interessadas no credenciamento, será dada preferência àquelas que, conforme constatado pelo Conselho de Fomento à Produção, exerçam atividades menos poluentes.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, pretende-se credenciar empresas interessadas a participarem da seleção, cumprindo os requisitos para a próxima fase que será o Leilão para a alienação de 7 (sete) lotes urbanos, na forma de Leilão Presencial, como forma de incentivo a empresas que queiram ampliar ou abrir um negócio será concedido desconto de 50% (cinquenta por cento), com o incentivo ao empreendedorismo espera-se como contrapartida social a geração de mais empregos e renda para os munícipes, contribuindo com o crescimento do município.

Ainda, destaca-se que os valores arrecadados com a alienação dos imóveis públicos, por meio da modalidade de leilão, serão revertidos para investimentos em novos empreendimentos de interesse coletivo e social, em conformidade com os princípios da eficiência na gestão pública e da função social do patrimônio público.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;



O regime de fornecimento será integral.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

| Relação de Gestor e Fiscais | |
|---|----------------------------------|
| Gestor: | Irival Di Domenico |
| Fiscal Administrativo: | Bianca Schreiber |
| Fiscal de Recebimento/Execução: | Ademir Sbardelotto |
| Suplente Fiscal de Recebimento/Execução | Marcus Glauco Faria de Sant'anna |

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Após a fase 1 de Credenciamento, teremos o processo do Leilão Presencial, neste considerado a fase 2 e final.

Necessário comunicar ao setor de marketing e notícias oficiais do município a fim de que seja dado publicidade nos canais oficiais e redes sociais para ampliar a divulgação e o alcance do processo.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Não foi previsto junto ao PCA 2025, em decorrência da mudança do gestor da Secretaria, sendo que o gestor anterior não previu a necessidade de realização do presente certame, havendo também, diante de tal alteração, a consequente troca de vários servidores da referida pasta administrativa.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- () Global
() Lote(s) de Itens
(X) Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- () Bens e serviços comuns
(X) Bens e serviços especiais
() Serviço comum de engenharia
() Serviço especial de Engenharia



Se trata de bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos.

Neste contexto, considerando as diferentes dimensões dos lotes a serem alienados, bem como à necessidade de análise dos ramos de atividade das empresas interessadas no benefício proposto, a fim de atender o disposto na legislação referente ao uso e ocupação de solo, que delimita quais ramos econômicos que podem ser explorados na área em questão, torna-se necessária uma avaliação individualizada e criteriosa para assegurar a adequada destinação dos lotes.

- () Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia para garantir o êxito da contratação proposta, os requisitos foram definidos na Lei Municipal 2562/2021.

Além do mais, caso a arrematante não cumpra com as exigências contratuais, será aplicado as cláusulas de reversão, retornado o imóvel para o município, com aplicação das penalidades previstas na Lei municipal nº 2562/2021 e na Lei 14.133/2021.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade do Credenciamento de empresas interessadas, como uma forma de atender os requisitos para a próxima fase, o Leilão para alienação dos lotes urbanos, como incentivo ao crescimento e desenvolvimento econômico e social do município de Dois Vizinhos/PR, proporcionando assim maior publicidade, competitividade e oportunidades para empreendedores regionais e locais e contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para toda a comunidade.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- () Pregão, () Tradicional () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP
- () Concurso
- (x) Leilão 2ª Etapa
- () Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

(X) Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento) 1ª Etapa



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- ☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☐ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☒ maior lance 2ª etapa

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ SIM
☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
☐ Recursos Estaduais
☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 28 de julho de 2025.

Suzane Cordeiro Ferreira
Matrícula 16446-1
Resp. pela Elaboração



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Irival Di Domenico
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico

Assinado por 4 pessoas: ADEMIR SBADERLOTTO, MARCUS GLAUCO, IRIVAL DIDOMENICO e BIANCA CRISTINA SCHREIBER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/6BD1-F9E1-A49F-41C8> e informe o código 6BD1-F9E1-A49F-41C8





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6BD1-F9E1-A49F-41C8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ADEMIR SBADERLOTTO (CPF 645.XXX.XXX-34) em 08/09/2025 13:51:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCUS GLAUCO (CPF 017.XXX.XXX-00) em 08/09/2025 13:51:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ IRIVAL DIDOMENICO (CPF 082.XXX.XXX-21) em 08/09/2025 14:08:05 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 08/09/2025 14:27:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/6BD1-F9E1-A49F-41C8>